



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Formação profissional

EXPRESSÕES DAS ARTICULAÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CLEIER MARCONSIN ¹

RESUMO: Tendo as Diretrizes Curriculares da ABEPSS como norte, dados do estudo sobre as expressões das articulações do Serviço Social com os movimentos sociais, na formação profissional, são debatidos neste trabalho. O conteúdo de disciplinas, a pesquisa e a extensão desenvolvidas nas Unidades de Ensino em Serviço Social, da Amostra Intencional da pesquisa, apresentam conexão com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. As Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura (CNE/MEC), em 2002, sob influência neoliberal, em conexão com a implantação do Ensino a Distância no Serviço Social, podem estar possibilitando uma flexibilização dessas articulações.

Palavras chave: Movimentos Sociais, Serviço Social, Diretrizes Curriculares, Formação Profissional.

ABSTRACT: Taking the ABEPSS Curriculum Guidelines as a guide, data from the study on the expressions of the articulations of Social Work with social movements in professional training are discussed in this work. The content of disciplines, research and extension developed in the Teaching Units in Social Work, of the Intentional Sample of the research,

¹Professor com formação em Serviço Social. Faculdade De Serviço Social - Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

are connected with the ABEPSS Curriculum Guidelines. The Curricular Guidelines approved by the National Council of Education of the Ministry of Education and Culture (CNE/MEC), in 2002, under neoliberal influence, in connection with the implementation of Distance Learning in Social Work, may be enabling a flexibilization of these articulations.

Key words: Social Movements, Social Work, Curricular Guidelines, Professional Training.

1. INTRODUÇÃO

Movimentos Sociais, lutas e direitos são constitutivos dos fundamentos da Questão Social, cuja relação com a profissão é histórica, sendo um tema tratado em profundidade por diferentes autoras e autores de Serviço Social. Nessa angulação, ao considerarmos os dilemas teórico-metodológicos trazidos ao Serviço Social, na atualidade, estudos sobre a questão tornam-se necessários para que reflexões produzidas, no processo, renovem respostas e ações que poderão interferir no trabalho profissional, na produção de conhecimento, na organização da categoria, mas também na formação. Interferências, estas, que devem estar voltadas para a defesa dos avanços construídos no Serviço Social, em geral, e no âmbito da formação, em particular, ao longo das últimas décadas, face às possibilidades concretas de retrocesso com o reforço do conservadorismo realizado, cotidianamente, por diferentes mecanismos da sociedade do capital. Como entendemos que deve haver uma relação de sinergia entre o trabalho profissional e a formação, essa instância torna-se fundamental porque, além da transmissão de conhecimento possibilita a sua produção, orientando os caminhos e o sentido do trabalho profissional.

O presente trabalho traz reflexões a respeito da questão, tendo como base parte dos resultados da pesquisa de Pós-doutorado em Serviço Social, realizada entre 2019 e 2020, sobre as expressões das articulações do Serviço Social com os movimentos sociais, na formação profissional. No referido estudo, diferentes Unidades de Ensino em Serviço Social, Comunicações Orais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) de 2013 e de 2016, Encontros de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS) de 2014 e de 2016; material do Diretório de pesquisa do CNPQ, de 2012 a 2017 e os Relatórios-síntese do GTP de Movimentos Sociais da ABEPSS², constituíram-se fontes de coleta. Considerando o escopo do objeto, definido para nosso debate, neste trabalho, os dados referem-se apenas às Unidades de Ensino em Serviço Social.

Na pesquisa, diante da inviabilidade da coleta de dados ser realizada nas Unidades de Ensino em Serviço Social em âmbito nacional, optamos pela construção de uma Amostra Intencional, técnica de amostragem que permite o/a pesquisador/a estabelecer os critérios

²As datas relativas às Comunicações e ao material do CNPQ foram definidas em função de terem sido pesquisados nos anos anteriores pelo GTP de Movimentos Sociais da ABEPSS.

de escolha dos elementos a comporem o estudo. Como mostra Fontanella, Ricas e Turato (2008, p. 20), embora em pesquisas qualitativas os dados quantitativos sejam importantes e devem ser consultados, a sua representatividade não se localiza estritamente na “quantidade de elementos constitutivos da realidade”, mas na forma como a representatividade é concebida e, também, na “qualidade das informações obtidas deles”. Para os autores, os “critérios a que os estudos qualitativos visam não obedecem aos mesmos padrões de distribuição de parâmetros biológicos ou dos fenômenos naturais em geral”, já que a seleção dos elementos que os compõem “decorre, sobretudo, da preocupação de que a amostra contenha e espelhe [...] dimensões do contexto”, da situação em estudo, do espaço em que se processam e outros critérios igualmente importantes (FONTANELLA, RICAS e TURATO, 2008, p. 20).

A Amostra Intencional foi construída, tendo os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo como espaço territorial, porque se trata do eixo em que se processou a interlocução institucional do Pós-Doutorado, mas porque são dois estados brasileiros em que se deu a gênese do Serviço Social, incluindo a formação, com as primeiras Unidades de Ensino. No que se refere à inserção do ensino de graduação e de pós-graduação em termos do circuito universitário, em conjunto com outros diferentes estados, são referência, justificando essa escolha, também. Os cursos foram escolhidos, considerando a fonte de financiamento; o período sócio-histórico de implantação (o que incluiu o REUNI)³; presencial e a distância, ficando a Amostra Intencional composta por duas (02) universidades estaduais, três (03) federais, duas (02) universidades denominadas comunitárias (confessionais)⁴, duas (02) privadas presenciais, duas (02) privadas a distância, constituindo um total de onze (11) Unidades de Ensino⁵. Os resultados dos estudos trazidos neste artigo referem-se às disciplinas contidas nos currículos, à pesquisa e à extensão desenvolvidas pelas Unidades de Ensino da Amostra Intencional.

As Diretrizes Curriculares aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em 1996, e consolidadas pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, do Ministério da Educação (MEC), em 1999, constituíram-se o norte para os estudos do objeto e foram fontes de coleta de dados, juntamente com as Diretrizes Curriculares de Serviço Social aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura (CNE/MEC), em 2002. Os

3A decisão pelo REUNI como marco temporal possibilitou realizar a pesquisa em um curso de Serviço Social em universidade federal, no estado de São Paulo, também, e não apenas no Rio de Janeiro. Até a criação do REUNI, o Estado de São Paulo não tinha Unidade de Ensino em Serviço Social pública federal.

4O artigo 213 da Carta Constitucional de 1988 aprovou a existência de universidades comunitárias, sejam confessionais ou filantrópicas, com previsão de destinação de verbas públicas a elas. M. Bittar. O ensino superior privado no Brasil e a formação do segmento das universidades comunitárias. In <http://www.anped11.uerj.br/23/1108t.htm> Acesso em abril de 2019.

5A Amostra Intencional teve a seguinte composição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade do Estado de São Paulo (UNESP); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Universidade Federal do Estado de São Paulo – Campus Baixada Santista (UNIFESP); Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); Universidade Castelo Branco (UCB) - presencial; Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) - presencial; Universidade Estácio de Sá (UNESA) a distância; Universidade Paulista (UNIP) – a distância.

dados foram coletados na página da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Quando fazemos citações da página da ABEPSS, embora seja fonte de coleta, consideramos necessário trazer o link no rodapé.

2. A INSERÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS DIRETRIZES CURRICULARES

Na página da ABEPSS, é possível identificar que o processo de construção das atuais Diretrizes Curriculares da graduação em Serviço Social é parte e um dos resultados dos debates ocorridos no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 1979 - conhecido como o “Congresso da Virada”. Congresso significativo da Renovação do Serviço Social conteve debates que, nos períodos posteriores, permitiram a construção de diferentes “marcos do projeto de profissão” e a crítica à formação até então hegemônica, lançando as novas “bases para o Currículo Mínimo” de 1982.

Aprovado na XXI Convenção Nacional da ABESS⁶, em 1979, na cidade de Natal (RN) e, em 1982, pelo Conselho Federal de Educação (CFE), o “Currículo Mínimo” foi um documento muito importante para a formação profissional, do ponto de vista histórico, porque afirmou uma “nova direção social hegemônica no seio acadêmico-profissional”, sendo indicada sua revisão na Convenção de 1993. A base para a decisão foi a compreensão que “uma revisão curricular supõe uma profunda avaliação do processo de formação profissional, face às exigências contemporâneas”. Após essa decisão, foram realizadas, entre os anos de 1994 e 1996, atividades “envolvendo a comunidade acadêmica e toda a categoria profissional em um amplo e democrático debate sobre as Diretrizes Curriculares”⁷. Assim, em 1996, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS são aprovadas, promovendo avanços em relação ao Currículo de 1982, sendo aprimoradas pela Comissão de Especialistas, em 1999.

Ao coletarmos dados na página da ABEPSS sobre as Diretrizes Curriculares, observamos que as Diretrizes visam a formação de profissionais com “capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade”, considerando “a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira”, bem como “a percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão”, sendo importante o “desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais”. A Associação alerta para as mudanças em curso na década de 1990, com a implantação do neoliberalismo, no Brasil, pelo governo FHC (PSDB). Mostra que as alterações impõem

⁶Criada em 1946 com a denominação de Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), em 1996 passa a denominar-se Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) “em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior”. ABEPSS. <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>- Neste trabalho, nos referimos à Associação com a denominação atual: ABEPSS.

⁷<http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10> -.

importantes “transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinadas pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social”. Aponta que o Serviço Social “é, também, afetado por tais transformações, produto das mudanças na esfera da divisão sociotécnica do trabalho, no cenário mundial”, destacando que, em 1996, ano em que as Diretrizes Curriculares foram aprovadas, ocorreu a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a qual, embora trouxesse avanços, já expressava, em seu conteúdo, “a agenda neoliberal de desmonte e flexibilização da educação brasileira e, em especial, a educação superior”.

Nas Diretrizes Curriculares, o trato rigoroso da questão social e de suas particularidades na realidade social, o trabalho e a ética, em uma perspectiva ontológica, se expressam em eixos transversais, categorias assentadas em uma perspectiva crítica e dialética. Articulam três Núcleos de Fundamentos: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Esses eixos “desdobram-se em áreas de conhecimento” as quais, por seu lado, “se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo”. As Diretrizes aprovadas em 08 de novembro de 1996 expressam, segundo os dados coletados, múltiplos avanços, “dentre eles: o amadurecimento da compreensão do significado social da profissão; a tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórica”, mas também “as respostas da profissão à conjuntura e apontam para a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora”.

Tendo como primeiro pressuposto que o “Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social”, a qual se “expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista”, na coleta de dados foi possível identificar que as Diretrizes Curriculares apresentam, dentre os avanços, no Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, a inserção dos movimentos sociais. Mostra a importância do conhecimento “do **movimento das ações das classes subalternas**, reconstruindo sua composição e posição no processo produtivo”, assim como “suas condições de vida e de trabalho”, buscando entender “suas formas de manifestação social, cultural, ética e política”, bem como “suas **formas de luta e de organização**; [...] suas aspirações e práticas de resistência, contestação ou subalternização que explicitem seu modo de viver e pensar” (grifos nossos)..

Observamos, nas Diretrizes aprovadas em 1996, que o ensino dos movimentos sociais é inserido nas diferentes disciplinas como Formação sócio-histórica do Brasil, Política Social, Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, seja com essa denominação, ou como “sujeitos políticos” ou, também, como “organização das classes subalternas”.

A Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social da ABEPSS junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1999, com base nas Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996, elabora uma proposta para ser encaminhada ao Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura (CNE/MEC). No documento constante da página da ABEPSS, observa-se o reforço da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, presente nas Diretrizes de 1996 e a inserção dos movimentos sociais em vários momentos. No **perfil do profissional** a ser formado, os movimentos sociais aparecem como espaço de articulação e atuação e, nas **competências e habilidades**, reforça a qualificação teórico-metodológica e ético-política como fundamento para o exercício de atividades técnico-operativas, destacando que tais elementos são oriundos da regulamentação da profissão de Assistente Social, pela Lei nº 8662, aprovada em 1993. Marconsin e Abramides (2020) consideram fundamental essa referência à Lei, pois dentre as diferentes competências e habilidades técnico-operativas, consta a assessoria a **movimentos sociais** em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.

Em relação às disciplinas, observamos que a Comissão consolida a proposta dos três núcleos, mantendo seus conteúdos, mas ampliando com diferentes matérias denominadas Tópicos de Estudo, em que trazem os Movimentos Sociais em seu conteúdo, com essa denominação ou como “sujeitos políticos”, ou, também, como “sujeitos coletivos” e outras, ainda. Aparecem em disciplinas como Sociologia, Formação Sócio-Histórica do Brasil, Classes e Movimentos Sociais, Serviço Social e Processos de Trabalho.

Constatamos, então, que nas Diretrizes Curriculares aprovadas na Convenção da ABEPSS, em 1996, e no documento da Comissão de Especialistas no Ensino de Serviço Social, de 1999, os movimentos sociais ganham ênfase, denotando a importância da aproximação e articulação com os mesmos na formação profissional. Aparecem em várias “matérias básicas” e “tópicos de estudos”, a serem estudados numa perspectiva das classes sociais, de luta por direitos.

Observamos, na coleta de dados na página da ABEPSS, que as Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura (CNE/MEC) em março de 2002, trazem alterações graves. No conteúdo do **perfil profissional**, a relação com os movimentos sociais desaparece, constando que deve atuar nas expressões da questão social, na perspectiva de “formular e implementar sua intervenção, promovendo o exercício da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social nas relações sociais e no mercado de trabalho”. Nas competências gerais e habilidades a relação com os movimentos sociais aparece de forma difusa, indicando que deve “assessorar e dar consultoria à administração pública, a empresas privadas e a **movimentos sociais**, sempre no que às refere às políticas sociais e aos direitos”. Sobre os Conteúdos Curriculares, mantém os três núcleos, entretanto, os mesmos são esvaziados do conteúdo original e deixam de cumprir o papel trazido pelas Diretrizes da ABEPSS e a Comissão de Especialistas, bem como disciplinas que tratam de movimentos sociais deixam de constar. Isso significa, dentre outros graves elementos, que o ensino da relação profissional com os movimentos sociais, que na proposta original das Diretrizes, de 1996, consolidada pela Comissão de Especialistas ganhava ênfase está ausente da organização curricular aprovada pelo CNE/MEC.

Nesse caminho, além dos objetivos originais, suprimiu, também, os princípios da formação profissional que propunham a “adoção de uma teoria social crítica” voltada para a

“apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade”, no sentido da “indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão”.

O MEC, assim, descaracterizou a “direção social”, bem como a “base dos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho profissional [da/o] assistente social e à definição do perfil de profissional que se pretende formar”⁸.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS NAS UNIDADES DE ENSINO DA AMOSTRA INTENCIONAL

Tendo como base as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, consolidadas pela Comissão de Especialistas da ABEPSS, com atenção às Diretrizes Curriculares aprovadas pelo CNE/MEC, as fontes de coleta de dados das Unidades de Ensino da Amostra Intencional foram acessadas através das páginas virtuais dos Cursos. Quando não foi possível acessar todos os dados, buscamos contatar as Unidades de Ensino, apresentando a pesquisa, seu objeto e objetivos.

3.1. Disciplinas sobre movimentos sociais e seus conteúdos

No que se refere às disciplinas, a coleta se deu sobre: temática de movimentos sociais; relação entre Serviço Social e movimentos sociais e foi direcionada aos itens: ementa, objetivos, conteúdo programático e referências bibliográficas. As disciplinas apareciam com denominações de obrigatórias, eletivas, optativas ou complementares. Também apareceram disciplinas sem denominação.

Numa perspectiva quantificada, a partir desses referenciais, foi possível identificar três (03) disciplinas sobre movimentos sociais em duas (02) Unidades de Ensino Privadas Presenciais; seis (06) disciplinas sobre movimentos sociais em duas (02) Unidades de Ensino Privadas a Distância; nove (09) disciplinas sobre movimentos sociais em duas (02) Unidades de Ensino Comunitárias, quinze (15) disciplinas sobre movimentos sociais em duas (02) Unidades de Ensino Públicas Estaduais; vinte (20) disciplinas sobre movimentos sociais em três (03) Unidades de Ensino Públicas Federais. No total, foram identificadas trinta e duas (32) obrigatórias, quinze (15) eletivas, optativas ou complementares e seis (06) disciplinas sem denominação, compondo cinquenta e três (53) disciplinas que tratavam de movimentos sociais. As Unidades de Ensino Públicas contêm a maior parte delas, pois, de um total de cinquenta e três (53) disciplinas, trinta e cinco (35) são ofertadas em cinco (05) Unidades de Ensino públicas (estaduais e federais), constituindo um percentual que se situa em torno de 66%. Em duas (02) Unidades de Ensino comunitárias observa-se 09 disciplinas e nas quatro (04) Unidades de Ensino privadas – presenciais e a distância - observa-se a

⁸Esta constatação aparece na Introdução do Currículo Pleno do Curso de Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro, FSS/UERJ. Novembro de 2014. - pp. 05-06.

inserção de 09 disciplinas.

As disciplinas sobre os movimentos sociais aparecem de três maneiras:

1. Disciplinas que abordam os movimentos sociais em geral;
2. Disciplinas que tratam dos movimentos sociais relativos aos direitos no âmbito da produção, da reprodução, em defesa do meio ambiente e identitários;
3. Disciplinas que tratam dos movimentos sociais em relação ao Serviço Social.

A relação é tratada em duas perspectivas:

- Histórica - situando os movimentos sociais presentes no contexto sócio-histórico do reconhecimento da questão social, no capitalismo, processo determinante para a gênese do Serviço Social, tanto em termos internacionais quanto no Brasil. Também nessa perspectiva identificamos disciplinas que situam a relação no contexto das lutas contra a ditadura civil-militar, no Brasil, pela democratização da sociedade e do Estado e por direitos civis, políticos e sociais, incluindo o período da Constituição de 1988.
- Atualidade: nessa perspectiva, encontramos disciplinas que debatem:
 - 1) a importância dos movimentos sociais e sua relação com o Projeto Ético-político do Serviço Social, na direção da busca de superação dos vínculos entre opressão, dominação e exploração de classe;
 - 2) disciplinas que tratam da questão do instrumental técnico-operativo e, ao mesmo tempo, buscam refletir sobre possibilidades e limites do trabalho de profissionais de Serviço Social junto aos movimentos sociais na contemporaneidade.

Outro aspecto a considerar é que, das cinquenta e três (53) disciplinas, trinta e quatro (34) abordam os movimentos sociais em relação ao Serviço Social, constituindo-se, portanto, a maior parte.

Os movimentos sociais tratados nas disciplinas referem-se a: Movimentos Sociais em geral, Movimentos Populares, Movimento Negro, Movimento em defesa do meio-ambiente, Movimento Feminista, Movimento Sindical urbano e rural, Associações de bairros, Movimento Étnico-racial, LGBTQIAP+, Movimento Estudantil, Movimento em defesa de direitos humanos e sociais, Movimento Anti-globalização, Movimentos Sociais do campo, Movimento Anti-manicomial, Movimentos Sociais urbanos, Movimentos em defesa de direitos geracionais, Movimento dos Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimentos da Juventude, Fóruns de Saúde, Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, Movimentos de Ocupações de Moradias.

Sobre o conteúdo das disciplinas, observa-se, em sua maioria, uma conexão com a direção social contida nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que trata os movimentos sociais numa perspectiva de luta por direitos na sociedade capitalista. Ou seja, com base na

direção social que orienta a construção das matérias, nos Currículos das Unidades de Ensino da Amostra, os debates se dão a partir da relação entre a economia e a política, na sociedade do capital, sem dicotomias entre essas dimensões da vida em sociedade e sem suprimir as classes sociais. Embora em apenas uma (01) disciplina, em uma Unidade de Ensino, denominada Teoria Política consta o debate sobre os novos movimentos sociais, os quais têm por base a concepção pós-moderna, entendemos ser importante apontar, aqui. Em seus objetivos, a disciplina propõe debater “os novos movimentos sociais e a dimensão cultural e estética da política”. Entretanto, é possível observar, pelo conteúdo programático, que os novos movimentos sociais, na disciplina, encontram-se inseridos em um debate dos conflitos e das relações entre a economia, a política e a ideologia. Já nas referências bibliográficas da disciplina, observam-se autores como Stuart Hall e seu livro: “A identidade cultural na pós-modernidade”, ao lado de K. Marx e F. Engels, através da obra: “Manifesto do Partido Comunista”. Por esse conteúdo e a confluência de referências bibliográficas divergentes, é possível constatar que a disciplina adota o caminho do pluralismo. Afirmamos isso, pois o debate dos novos movimentos sociais, como mostra Leher (2000), “encontra-se desvinculado da dimensão econômico-social”, a partir do espectro das concepções pós-modernas. Para Leher (2000, p. 160), autores como Claus Offe, Jürgen Habermas e outros, têm como fio condutor concepções que defendem o “fim da centralidade do trabalho na vida social” e instituem “uma forte dicotomia (passado versus futuro) entre, de uma parte, os movimentos sociais organizados relacionados com o trabalho e, de outra parte, os novos movimentos sociais”. Ainda nesse sentido, observamos com Ribeiro (2014, p. 103) que a ideia pós-moderna tem como fundamento o “fracasso da perspectiva reformista (social-democrata) e revolucionária (experiências do chamado socialismo real)”, o que leva os pós-modernos a terem como premissa que essa dupla derrota “implica no fim da política de classes que dá lugar a políticas de identidade”. As categorias adotadas, nessa concepção, têm a perspectiva de substituir as “classes sociais e outras categorias marxistas” trazendo para o debate os “novos atores” coletivos, onde se localizam as novas “significações”, os novos movimentos sociais (RIBEIRO, 2014, p. 103). A tradição marxista tem um entendimento diferente, em que os seres sociais constroem a história em condições materiais dadas, lutando pela sua transformação. Nesse caminho, reforça a centralidade do trabalho, das classes sociais e da relação de forças entre elas. Isto porque, apesar de todas as modificações trazidas pela crise, que construiu novas configurações contemporâneas, a sociedade ainda continua sob a égide do capital, tendo como base relações antagônicas

entre capital e trabalho. Assim, observamos que, ao fazer a interlocução entre diferentes vertentes do pensamento social, de fato, a disciplina denominada Teoria Política, a que nos referimos, adota o pluralismo, como afirmamos anteriormente, na perspectiva das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, como próprio à vida acadêmica e universitária, submetendo à crítica as concepções pós-modernas, como orienta o método dialético. Traz a crítica e aponta a perspectiva da tradição marxista, ao indicar, também, o estudo do “Manifesto Comunista” de K. Marx e F. Engels.

Ou seja, os currículos das Unidades de Ensino da amostra intencional, apesar das distorções do CNE/MEC, fundamentam-se nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS e consolidadas pela Comissão de Especialistas. A preocupação centra-se nas Unidades privadas, tanto presenciais quanto a distância, que apresentam um volume pequeno de disciplinas.

3.2. Os Movimentos Sociais na pesquisa e na extensão das Unidades de Ensino da Amostra Intencional

A coleta sobre pesquisa e extensão se deu nas seguintes fontes⁹:

- De pesquisa: projetos, programas, núcleos, grupos e linhas de pesquisa.
- De extensão: projetos e programas.

No que se refere à prática de pesquisa sobre movimentos sociais, numa perspectiva quantificada, identificamos nas duas (02) Unidades de Ensino privadas presenciais um (01) projeto; nas duas (02) Unidades de Ensino privadas a distância um (01) grupo de pesquisa; nas duas (02) Unidades de Ensino comunitárias, identificamos dez (10) projetos e um (01) núcleo de pesquisa; nas duas (02) Unidades de Ensino públicas estaduais encontramos dez projetos (10) e três (03) programas; nas três (03) Unidades de Ensino públicas federais constam nove (09) projetos e duas (02) linhas de pesquisa. Como nas disciplinas, no que se refere à pesquisa, observa-se que as cinco (05) Unidades de Ensino públicas (estaduais e federais) contêm mais estudos, compondo vinte e quatro (24) modalidades. Aparece como dado significativo as comunitárias, que sendo duas (02), possuem onze (11) modalidades de pesquisa. Já nas Unidades privadas, presenciais e à distância, a pesquisa sobre o tema é

⁹Quando não havia dados sobre pesquisa e extensão na página oficial da Unidade de Ensino e não foi possível contato com o corpo administrativo, os dados foram coletados na Plataforma Lattes, nos currículos dos docentes das Unidades de Ensino. Quando a Unidade de Ensino não apresentava o quadro docente do curso, na página, não foi possível pesquisar na Plataforma Lattes e trazer dados.

insuficiente, sendo duas (2) modalidades em quatro (04).

Relativamente à extensão, nas duas (02) Unidades de Ensino privadas presenciais e as duas (02) Unidades de Ensino privadas a distância, não identificamos projeto ou programa; nas duas (02) Unidades de Ensino comunitárias também não encontramos projeto ou programa; nas duas (02) Unidades de Ensino públicas estaduais identificamos dois (02) projetos; nas três (03) Unidades de Ensino públicas federais constam quatro (04) projetos e um (01) programa. Pelos dados obtidos, portanto, constatamos que há pouca atividade extensionista em todas as Unidades de Ensino, sendo em número pequeno nas Unidades de Ensino públicas estaduais e federais e inexistentes nas Unidades privadas e comunitárias.

Ao estudarmos o conteúdo da pesquisa e da extensão existentes e os movimentos sociais que aparecem nos projetos, programas, núcleos e linhas, é possível constatar que os mesmos se situam na perspectiva posta nas Diretrizes Curriculares, como ocorre nas disciplinas. Ou seja, ligados às relações de trabalho, relacionados à reprodução no âmbito das lutas pela terra, moradia, em defesa da cultura, do meio ambiente, das artes, que articulam as lutas identitárias, relativas a gênero, geracionais, étnico-raciais, LGBTQIAP+.

4. CONCLUSÃO

Em nossos estudos, constatamos que os movimentos sociais presentes nas disciplinas, na pesquisa e na extensão coadunam-se com a direção social contida nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. São movimentos sociais que se formaram ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, de diferentes tipos, e que se encontram em um ponto que lhes é comum: a luta pela obtenção de direitos na sociedade do capital. Constituem-se, portanto, como define Ribeiro (2014, p. 117), “expressões das contradições sociais determinadas pelo capital”, na sociedade contemporânea. Concordando com Netto (1991, p.143) uns e outros, em “qualquer dos casos, recolocam em pauta ambivalências da cidadania fundada na propriedade privada e redimensionam a atividade política, multiplicando os seus sujeitos e as suas arenas”.

Entretanto, no que se refere às articulações com os movimentos sociais, podemos dizer que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, preconizada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, é realizada de forma insuficiente, inclusive, nas Unidades de Ensino públicas. Essa nossa afirmativa tem como base o fato da extensão apresentar baixa produção nas Unidades da Amostra Intencional e, em especial, inexistir nas Unidades de Ensino privadas presenciais e a distância e comunitárias. É um elemento grave constatado no estudo, pois, em nosso entendimento, a extensão é uma atividade fulcral para a materialização das articulações do Serviço Social com os movimentos sociais, no âmbito da formação.

Evidentemente que a Amostra Intencional construída e estudada na pesquisa do Pós-doutorado não responde pelo conjunto das Unidades de Ensino de Serviço Social em todo o país. Mas, se relacionarmos esses dados com as mudanças impostas às Diretrizes

Curriculares da ABEPSS, pelo CNE/MEC em 2002, sob influência do ideário neoliberal, mas também com o avanço da privatização da Educação Superior no Brasil¹⁰ e, em particular, com a implantação do Ensino Privado a Distância, no Serviço Social, em 2006, como apontam Marconsin e Abramides (2020), observaremos que a realidade captada na Amostra Intencional de nossa pesquisa pode estar ocorrendo em todo o país, com características próprias a cada Unidade de Ensino. Falando sobre a implantação do Ensino a Distância no Serviço Social, por exemplo, com base nos estudos de Boschetti (2015), as autoras mostram que a formação de profissionais alcançou, em nove anos (2006-2015), “um quantitativo superior àquele formado em sete décadas (1936-2006)”. Ou seja, passou de “70 mil profissionais em 2006 para 135 mil ao final de 2013 e para 150 mil em 2015” (BOSCHETTI, 2015, p. 645, apud MARCONSIN e ABRAMIDES, 2020, p. 198).

São elementos que podem influir, de forma negativa, nas aproximações do Serviço Social com os movimentos sociais, tanto na formação quanto no exercício profissional, mas, também, na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, nessa temática, como constatado em nosso estudo. Daí a preocupação com o crescimento do Ensino a Distância, na atualidade.

Preocupação real, em especial, quando vivemos, neste momento sócio-histórico, uma política ultraneoliberal posta em andamento por um governo com características neofascistas, que desconstrói as políticas públicas com foco na educação, na saúde, na ciência, na cultura e, por via de consequência, destrói os poucos direitos sociais conquistados ao longo dos anos com muitas lutas, assumindo abertamente a intenção de criminalizar e destruir os movimentos sociais. Aspectos reforçados durante a pandemia, pela condução negacionista do governo federal em relação às medidas necessárias, mas também pela necessidade de realizarmos o ensino remoto, que nos afastou das salas de aulas e da vida social e política das universidades, presencialmente. Essa experiência, certamente, reforçou ao conjunto das universidades, inclusive públicas, a constatação das fragilidades do Ensino a Distância. Podemos dizer que, uma dessas fragilidades foi evidenciada nas impossibilidades dos debates, das mobilizações e das lutas que, historicamente, ocorrem nas universidades a partir dos movimentos sociais organizados pelos seus segmentos estudantil, técnico-administrativo/a e docente.

Mas apesar disso e em função, inclusive, dessa política governamental, no período, diferentes movimentos sociais, incluindo os das universidades, foram às ruas em defesa da vacina, da educação, da saúde, da ciência, da cultura, da alimentação, em função da fome que atravessa gravemente a classe trabalhadora pauperizada e de outros diferentes direitos. Tais ações podem ter construído laços políticos fortes, acarretando importantes mudanças na correlação de forças entre as classes, na atualidade.

Assim, analisar essa conjuntura, em especial, com o retorno do ensino presencial que vem ocorrendo nas universidades, é fundamental, para darmos continuidade à defesa das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e da direção social contida no Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, no caminho do fortalecimento das articulações com os

¹⁰Sobre a privatização do Ensino Superior, no Brasil, as autoras D. Mancebo e D. B. Léda trazem importantes aportes no texto A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: impasses e desafios das políticas educacionais no estado neoliberal. In

http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/11_educacao/a-privatizacao-da-educacao-superior-no-brasil-impasses-e-desafios-das-politicas-educacionais-n.pdf acesso em julho de 2022.

diferentes movimentos sociais, nas lutas por direitos e pela emancipação humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTAR, M. O ensino superior privado no Brasil e a formação do segmento das universidades comunitárias. In <http://www.anped11.uerj.br/23/1108t.htm> Acesso em outubro de 2018.

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 124, São Paulo, Cortez, out./dez. 2015, p. 637-651.

FONTANELLA, B. J. B., **RICAS**, J., **TURATO**, E.R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 24 (1):17-27, jan, 2008.

LEHER, R. Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: uma introdução ao debate a propósito dos “novos movimentos sociais” na educação. Buenos Aires, CLACSO, **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**. Editorial/Editor 2000. In <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsdll/collect/clacso/index/assoc/D2674.dir/8leher.pdf> - acessado em junho de 2017.

MANCIBO, D., **LÉDA**, D. B. A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: impasses e desafios das políticas educacionais no estado neoliberal. In

http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/11_educacao/a-privatizacao-da-educacao-superior-no-brasil-impasses-e-desafios-das-politicas-educacionais-n.pdf acesso em julho de 2022.

MARCONSIN C., **ABRAMIDES** M. B. C. Serviço Social e Movimentos Sociais: debatendo distanciamentos e aproximações na trajetória sócio-histórica brasileira. In **MELO**, A. I. S. C. de; **CARDOSO**, I. C. da C., **FORTI**, V. L. (Orgs.). **Trabalho, Reprodução Social e Serviço Social: Desafios e Utopias**. Uberlândia/MG. Navegando Publicações, 2020, p. 183 – 202.

NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo, Cortez, 1991.

RIBEIRO, S. P. F. Lutas sociais contemporâneas: entre os desígnios pós-modernos e os imperativos da classe trabalhadora. In **ABRAMIDES, M. B. e DURIGUETO, M. L. Movimentos Sociais e Serviço Social:** uma relação necessária. São Paulo, Cortez, 2014, pp. 102-118.

DOCUMENTOS

BRASIL, 1996. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. In http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética Profissional do Assistente Social. 9ª Ed. rev. e atual. Brasília, CFESS, 2011.

FONTES DA COLETA CONSTANTES DESTE TRABALHO

Diretrizes Curriculares - 1996, da Comissão de Especialistas e aprovadas pelo CNE/MEC - <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>.

Unidades de Ensino (páginas virtuais e documentos):

<https://www.pucsp.br/graduacao/servico-social#inicial>;

<http://www.unirio.br/cchs/ess>;

https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccg/servico_social.html;<http://ess.ufrj.br/index.php>;

<https://www.unifesp.br/campus/san7/graduacao/cursos/servico-social>;

<https://www2.unesp.br/portal#!/guiadeprofissoes/humanidades/servico-social/>;
<https://fcb.edu.br/servico-social/>;

[https://portal.fmu.br > cursos > graduacao > servico-social/](https://portal.fmu.br/cursos/graduacao/servico-social/);

<https://estacio.br/cursos/graduacao/servico-social> (mesmo link para presencial e a distância);

https://www.unip.br/cursos/graduacao/tradicionais/servico_social.aspx (mesmo link para presencial e a distância).

Currículo Pleno do Curso de Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro, FSS/UERJ. Novembro de 2014. Como na FSS/Uerj não constam dados sobre disciplinas na página virtual, em contato com a Unidade de Ensino, acessamos o seu Currículo Pleno.